

Delma Pessanha Neves
Leonilde Servolo de Medeiros
(Organizadoras)

MULHERES CAMPONESAS

trabalho produtivo e engajamentos políticos

Niterói, 2013

© 2013 by Delma Pessanha Neves e Leonilde Servolo de Medeiros (organizadoras)

Direitos desta edição reservados às Organizadoras.

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra desde que citada a fonte.

Normalização: Maria Lúcia Gonçalves

Edição de texto e revisão: Rita Godoy

Capa: Marcos Antonio de Jesus

Supervisão gráfica: **Marcos Antonio de Jesus**

Diagramação: Maria José da Costa e Marcos Antonio de Jesus

Impressão: Gráfica e Editora Qualidade

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M956 Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos /
Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras).
– Niterói : Alternativa, 2013.
431 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-63749-07-9

1. Mulheres do Campo – Brasil. 2. Mulheres – Sociologia. I. Neves, Delma Pessanha. II. Medeiros, Leonilde Servolo.

CDD 305.480981

Coordenação geral:

Delma Pessanha Neves – Doutora em Antropologia pelo PPGAS/MN/UFRJ, professora permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

Leonilde Servolo de Medeiros – Professora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro CPDA/UFRRJ.

Comitê editorial:

Delma Pessanha Neves – PPGA/UFF

Leonilde Servolo de Medeiros – CPDA/UFRRJ

Maria Angélica Motta-Maués – Doutora em Sociologia pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Professora Aposentada da UFPA (Universidade Federal do Pará). Professora Permanente do PPGCS (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) da UFPA (Universidade Federal do Pará)

Maria Emília Pacheco – Antropóloga, gestora do Programa Direito à Segurança alimentar, Agroecologia e Economia solidária da FASE – Federação de órgãos para a Assistência Social e Educacional.

Maria Ignez Paulilo – Doutora em Antropologia pelo PPGAS/MN/UFRJ. Professora do PPGSP/SPO/CFH/UFSC - Programa de Pós-graduação em Sociologia Política/Depto de Sociologia e Ciência Política/ Centro de Ciências Humanas/ Universidade Federal de Santa Catarina

Auxiliares de pesquisa:

Priscila Tavares dos Santos – Doutoranda no PPGA/UFF

Rodrigo Pennutt da Cruz – Mestrando no PPGA /UFF

I PARTE

MULHERES CAMPONESAS E REPRODUÇÃO DE GRUPOS DOMÉSTICOS

APRESENTAÇÃO

*Delma Pessanha Neves**

*Maria Angélica Motta-Maués***

Os artigos que compõem esta parte da coletânea, a despeito de registrem situações empíricas muito diversas, exprimem inúmeros pontos de acordo entre as autoras.¹ Um dos pontos é a unânime aceitação de definições conceituais elaboradas por Joan Scott. Por esta contribuição, na observação das situações sociais em que se defrontam, todas as autoras advertem a dimensão socialmente construtiva das diferenciações e hierarquias informadas pelas percepções de gênero: mulheres *vis-à-vis* homens. E por esta advertência, elas também se contrapõem às apressadas e naturalizadas atribuições de sentidos com base nas diferenças biológicas entre os sexos. A valoração de tal construtivismo é também qualificadora dos contextos interativos nos quais a reclamada diferença das mulheres em relação aos homens as requalifica em termos hierárquicos e absolutizantes: secundarizadas e subordinadas, mas, desta condição, constituindo culturalmente específicos patrimônios de experiências, saberes e sentimentos.

Como advertem algumas dessas autoras, a ênfase no contraponto a perspectivas naturalizantes da distinção entre sexos muitas vezes é tomada para justificar ações violentas contra as mulheres, isto é, formas de encarnação da dependência pautadas não só em exercícios de dominação simbólica, mas em certas situações objetivadas em agressões físicas. Por esse caráter, a definição absolutizante também se apresenta como operador limitativo dos universos de comunicação, mobilidade e conhecimento a que, nos casos considerados, as mulheres se integram ou se afastam. E para tal argumentação, quase todas as autoras, como o fazem em relação a Joan Scott no que tange ao conceito de gênero, acolhem as interpretações de Bourdieu sobre dominação masculina. Em síntese, ao enfatizarem o caráter construtivo das relações de gênero, fundamentam as análises por dimensões de poder e, recorrentemente, por advertências denunciadoras das injustiças perpetradas contra as mulheres.

* Doutora em Antropologia pelo PPGAS/MN/UFRJ, professora permanente do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

** Doutora em Sociologia pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Professora Aposentada da UFPA (Universidade Federal do Pará). Professora Permanente do PPGCS (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) da UFPA (Universidade Federal do Pará).

1 Como em sua maioria os artigos que compõem esta parte da coletânea foram escritos por autoras, traço recorrente no campo de estudos de gênero, e mesmo nos casos daqueles em que há autores, elas estão em coautoria, evitaremos o jargão autores e autoras, qualificando a todos pela característica da maioria – autoras – todas as vezes que nos referirmos ao conjunto geral dos participantes deste trabalho coletivo.

Autores que se ocupam da interpretação de fatores intervenientes que propiciaram mudanças de posições sociais pelas mulheres no mundo ocidental reconhecem a importância das transformações na sociedade urbano-industrial. E nesse bojo, da constituição de mercado de trabalho livre, além de conquistas que se acumularam por lutas sociais em torno de direitos e por condenação de desigualdades hierarquizantes entre homens e mulheres, muitas delas formalmente institucionalizadas em códigos de leis. Em correspondência, boa parte das conquistas alcançadas se apoia na articulação entre luta por autonomia e obtenção de salário, articulação que também exprime a expansão de processos de mercantilização de produtos e serviços.

No caso das mulheres camponesas cujas experiências de vida estão sendo consideradas nesta coletânea, aquelas associações também se expressam. Não abandonando as atividades domésticas, mas acrescentando mais trabalho para produzir e comercializar alguns dos produtos agrícolas, agroindustriais ou artesanais, além de, em diversos casos aqui considerados, atuarem como militantes políticas, elas, por consequência, fundamentam a luta por construção de relativa autonomia e mobilidade na ampliação da jornada ou intensificação das atividades produtivas e improdutivas.

O reconhecimento do papel produtivo das mulheres pela participação no trabalho familiar, resultado de lutas sociais de movimentos que articulam interesses específicos aos trabalhadores rurais, tem, contudo, demonstrado diferenças entre as mulheres desse segmento de trabalhadores e dos demais. A legislação previdenciária reconhece essa condição, definindo a idade mínima de 55 anos para aposentadoria. Associando as condições básicas para as possibilidades de reivindicação da autonomia, as agricultoras familiares e pescadoras, alcançando esse momento de vida, têm propiciado outros apoios para a família e relativizado a centralidade da atribuição de provedor aos homens. Marido e mulher investem conjuntamente para obter esse aporte de recursos financeiros, embora nem sempre significando que tais mulheres, explicitamente, engajem-se em demandas por deslocamentos de posições, redes e universos sociais que pressuponham autonomia pessoal; nem sempre também decorrendo descolamentos em relação à condição de esposa associada ao convívio em circuito doméstico. Na maioria dos casos, elas tendem a propiciar condições mais favoráveis especialmente para as filhas. Nos movimentos sociais feministas que articulam mulheres camponesas, é todavia comum que sejam as aposentadas que melhor disponham de tempo e autonomia pessoal e familiar para o trabalho de militância e representação delegada do grupo social ou das mulheres que o compõem.

Não só por contraposição metodológica e por diferenciadas articulações situacionais, mas também para destacar as transformações atualmente vividas nos universos familiares de grupos camponeses, entre os quais incluímos os pescadores artesanais, as autoras ressaltam os papéis até recentemente desem-

penhados por mulheres no seio da família, como filhas ou esposas. A diversidade correspondente reafirma o aspecto socialmente construtivo dos recíprocos padrões que definem formas de participação na família (unidade de residência fundada em conjugalidade ou consanguinidade), cujos princípios também institucionalizam, fazendo crer a naturalização, as distinções de papéis sexualizados. Ou transformações no exercício de atividades em equipes de trabalho, cujas atribuições se amparam nas representações do que é contextualmente concebido como específico a comportamentos de homens e mulheres, em diversos ciclos de vida familiar e societal. As atribuições diferenciadas em base biológica justificam ou escamoteiam então projetos de melhoria das condições de vida ou impossibilidades de corresponder a este desejo coletivo, muitas vezes transmutado em norma social. À guisa de exemplo, adiantamos: o afastamento das mulheres por migração para as cidades, nas situações empíricas consideradas, leva em conta a explicação da insatisfação com os modos de transmissão do patrimônio, que reafirma posições complementares e secundárias. Em outros casos, como o das esposas de pescadores, que migram acompanhando filhos e maridos, adaptando-se às condições em que estes alcancem se inserir em trabalho produtivo e remunerativo.

Tensões inerentes aos deslocamentos sociais

De forma mais ou menos consciente, em todos os artigos considerados nesta primeira parte as autoras assumem as articulações entre trabalho produtivo e construção da autonomia dos sujeitos dotados de rendimentos financeiros, tal como sói ocorrer em sociedades capitalistas ou predominantemente mercantis. Contudo, em correspondência com as aproximações de ordem situacional e temática com que organizamos a apresentação sucessiva dos artigos, inicialmente tomaremos como base das reflexões o artigo de Maria Cristina Maneschy, *Mulheres na pesca artesanal: trajetórias, identidades e papéis em um porto pesqueiro no litoral do estado do Pará*, e o de Iara Aquino Henn, *Agroecologia e relações de gênero em projeto societário*.

As duas autoras tomam como unidade de análise as narrativas de mulheres sobre os percursos de vida, levando em conta as injunções de processos em que são atingidas e as condições em que elas reagem. As reações são expressivas de práticas na posição de esposas: de pescadores ou de agricultores que optaram pela adoção do modelo agroecológico. Em todos os dois casos, os grupos domésticos enfrentam ou enfrentavam condições precárias de vida. As mudanças advindas das alternativas de adequação a novas situações fazem ressaltar o caráter cooperativo e complementar dos membros da família. As esposas redefiniram ou recriaram práticas tradicionais, fundamentadas em correspondente distinção de papéis, e assim continuaram a oferecer suportes à reprodução familiar. Ou seja: sob distintas formas de mercantilização

dos produtos e serviços resultantes de competências adquiridas em atividades embebidas em universos próprios ao domínio doméstico.

As perguntas comuns que orientam as respectivas pesquisas podem ser assim formuladas: Como saberes e práticas pouco refletidos, porque subsumidos ao mundo da casa, foram ressignificados como prestação de serviços remunerados? E como, pela inserção em economia mercantil, as mulheres tiveram que se submeter a outros processos de socialização e se integrar a outras redes de significação e modos de ser?

Ao considerarem o peso das construções socioculturais relativas a papéis e identidades de gênero que incidem, diante de tal perspectiva analítica, sobre experiências de trabalho de mulheres e homens, as autoras destacam o peso dos valores pertinentes à divisão sexual do trabalho, dentro e fora da família. E reconhecem: a despeito de os padrões culturais efetivamente se alterarem na sociedade, no caso a de organização capitalista ou de classes, os universos de significação propositivos das relações de gênero, acoplados a outros tantos que estruturam padrões de desigualdades, tais como étnicas, geracionais, de classe, continuam fontes de poder e de desigualdades específicas. Daí a necessária associação analítica entre sistemas de poder e autoridade, maior ou menor diferenciação de atributos entre homens e mulheres e modos de exercício de formas recíprocas de controle comportamental.

Em consequência, a inserção de mulheres em mercado de trabalho ou de produtos faz emergir tensões antes veladas, mas de qualquer modo no contexto alteradas, exprimindo as questões inerentes à mobilidade social de mulheres, que nem sempre altera e permite questionamentos sobre as injustiças fundamentadas nas concepções de gênero.

Tais circunstâncias não podem ser apenas explicadas pelas recalcitrantes formas de internalização de diferenças pela qual as concepções de gênero foram consagradas e consagraram hierarquias e modos de exercício de autoridade. O fato de as mulheres advogarem autonomia, em nossa sociedade e, antes de mais nada, pela apresentação social como produtora de rendimento, não desfaz imediatamente a subordinação em que homens e mulheres, em grupos domésticos de trabalhadores, vivenciam a consonante condição de classe social. Daí enfaticamente assinalar Maneski: “A condição subordinada das mulheres nos espaços produtivos, por conseguinte, articula-se à posição subordinada em que os pescadores se inserem no sistema de produção pesqueira.” Diante de alternativas de assalariamento para as esposas de pescadores, especialmente pela prestação remunerada de trabalhos domésticos, a autora se coloca sob contingência de reflexão mais assumida da relação gênero e classe social.

A dimensão do trabalho e da produção de rendimentos é assumida em todos os artigos pela análise do ponto de vista da divisão sexual do trabalho e apreendida pela visão das mulheres ou das maneiras como elas vivem esses processos e a eles reagem. Para o caso das duas autoras especialmente conside-

radas, o exercício de coleta de dados incorpora as mudanças socioeconômicas e tecnológicas que têm alterado o trabalho familiar ou a base produtiva dos produtores familiares, bem como a compreensão da condição feminina pela ótica da articulação entre as duas esferas: a produtiva e a reprodutiva. Entretanto, não como unidades reificadas, mas sob a ótica da interdependência entre elas e delas com as transformações na sociedade e com os impactos sobre o setor produtivo em foco. Por essa ótica, tornam-se mais claras as articulações entre condições sociais e materiais de vida e as interpositivas e prevaletentes mudanças em padrões de divisão sexual do trabalho.

Há em curso investimentos sociais no sentido de relativizar a moralizante atribuição de provedor único ao homem chefe de família, do qual deveria advir o maior peso na provisão do numerário de que dispunha a família. As atuais exigências advindas da expansão do consumo improdutivo, paralelamente às limitações à expansão e regularidade no valor dos salários ou rendimentos, bem como das referências moralizantes frente aos excessos de autoridade dos homens sobre as mulheres ou dos pais sobre os filhos, contrapostas ao valorizado reconhecimento (relativamente universalizante) da expressão social e pública de mulheres e crianças, todos esses fatores vão trazendo à tona e até mesmo permitindo a reivindicação do reconhecimento do papel econômico e mercantilizado de múltiplas atividades qualificadas como complementares. E mesmo que, pelo modelo tradicional, muitas dessas atividades qualificadas complementares permaneçam atribuídas às mulheres, mormente esposas. Respondendo por muitos dos gastos das atividades reprodutivas do grupo doméstico, dessa condição as mulheres têm assumido a dianteira na reivindicação dos serviços públicos de saúde e saneamento, de educação e transporte.

A metodologia que embasa os estudos de caso apresentados nos artigos também revela pressupostos comuns assumidos pelas autoras que integram esta coletânea. Para se estudarem práticas e representações de sujeitos sociais *a priori* percebidos na condição subordinada, torna-se necessário conhecer os modos de percepção de tais circunstâncias por aqueles, no caso aquelas, que as vivenciam. Daí então a ênfase na pesquisa qualitativa, na etnografia e na unidade analítica construída para facilitar a articulação entre práticas e representações das práticas; e daí também a valorização do passeio observante e interpretativo por entre as redes de interdependência e intercomunicação; ou por entre universos mais ou menos conectados de produção de significados para a vida social, para as relações de gênero e de classe.

Enfim, tal como melhor explicita Maneski, a compreensão interpretativa deve ocorrer no quadro de pressões que são também de ordem material, desde que entendidas pela definição situacional ou cultural. Por esse prisma torna-se possível compreender o peso das sedimentações simbólicas e das estruturações emocionais que definem, mas também consagram, distinções hierarquizantes, em alguns casos, favoráveis às mulheres. Pode-se ainda compreender o peso das

expectativas associadas a papéis sociais, cuja correspondência pode garantir *status* social no grupo doméstico, entre as próprias mulheres e nas redes de interseção com outros quadros institucionais.

Nesse aspecto, o artigo de Henn é exemplar, dado que ela toma como unidade de análise a percepção dos deslocamentos sociais alcançados por mulheres agricultoras, mediante participação em processos de construção da agricultura ecológica. Ou, para ampliar os desdobramentos analíticos, no quadro de investimentos econômicos e políticos, mediante adesão de grupos familiares em processos distintos e concorrentes de construção societária.

Pelos mesmos pressupostos metodológicos aventados anteriormente, as autoras não podem se circunscrever à análise de narrativas construídas por mulheres. Essas narrativas são secundadas pela dos homens em posição de mediação construtiva do projeto societário. Homens e mulheres, no decorrer e para ocorrer a objetivação desse projeto societário, refletem sobre mudanças nos grupos domésticos e na atribuição positiva de valor ao trabalho ou à competência inerente ao trabalho doméstico. As mulheres assim se reconhecem em mobilidade social, transitando por espaços até há bem pouco por elas impensados. E nesse trânsito entre espaços físico-sociais, elas revelam múltiplas tensões em jogo, os diversos fatores estruturantes de suas percepções diferenciadas e subordinadas, em relação a elas próprias, ao modo de vida do grupo doméstico, assim como à circunscrição no mundo doméstico.

Portanto, revela-se ainda como a conquista da contextual definição de autonomia se encontra, tal como Henn incorpora, ao valorizar perspectivas interpretativistas de Bruno Latour, *enredada* em inúmeros outros universos de produção de sentidos, de eficácia e de etnocentrismos hierarquizantes. A desejada e impositiva mudança de si mesmas ocorre em sintonia ou contraposição a outros papéis familiares, a papéis atribuídos por modos de inserção de trabalhadores. Esses princípios estruturantes imprimem transformações no grupo familiar, impingindo seus membros a reflexões quanto às tensões inerentes ao lugar social e às expectativas que, em tese, devem corresponder. Na situação de pesquisa valorizada por Henn, destaca-se toda a importância do trabalho político na construção societária e de seus correspondentes sujeitos, fatores mais ressaltados pela análise dos processos de construção do modelo de agricultura pautado nos princípios da agroecologia.

Mulheres em expropriação familiar do patrimônio fundiário

Dando continuidade às aproximações de ordem situacional e temática em que organizamos a apresentação sucessiva dos artigos, tomaremos duas experiências de constituição processual da condição de *colono* como base das nossas reflexões nesta apresentação:

- Uma referente à posição ocupada por imigrantes italianos que se reproduziram contando, entre outras tantas alternativas, com a reprodução por processos de migração. Inicialmente no entorno das áreas de terra a eles concedidas; e a partir da década de 1960, acompanhando investimentos em expansão de fronteira agrícola.
- Outra formada em contexto de mais extrema escassez de terra, mas também de vislumbres de probabilidades mais favoráveis de constituição na posição camponesa. Ainda como *colonos*, diversos produtores se vincularam a processos recentes de constituição e reprodução do campesinato na região Amazônica.

No primeiro caso, Maria Catarina C. Zanini e Miriam de Oliveira Santos, pelo artigo *Colonas italianas no Sul do Brasil: estigma e identidade*, analisam a forma como as descendentes de imigrantes italianos do Rio Grande do Sul vêm construindo e vivenciando, conjuntamente, duas formas de identificação: uma identidade étnica (de descendentes de italianos); e outra de *colonas* (pela sua posição social).

Pautadas em revisão bibliográfica e obtenção de dados empíricos, elas não perdem de perspectiva o caráter processual dessa construção, também expressivo de conquistas no sentido da superação de estigmas que incidiam sobre tais imigrantes. As desqualificações sociais, segundo as autoras, até hoje reverberam nos meios pelos quais as mulheres tentam obter autonomia na gestão de seus papéis; e tentam experimentar relacionamentos em redes sociais mais amplas. São experiências que integram os grupos de produtores ao mercado e aos demais espaços institucionais de enquadramento como agricultores e agricultoras familiares. Portanto, elas analisam as mudanças nas condições de desempenho de papéis sociais em contexto no qual a categoria socioeconômica é valorizada positivamente. Todavia, em ambiente social em que sistemas de hierarquização social qualificam as mulheres para ações tradicionalmente a elas atribuídas. Tais atitudes são relativamente convergentes entre homens e mulheres, que privilegiam a autoridade paterna e masculina enquanto importante valor social ou moral.

Arnauld de Sartre et al., autores do artigo *O “bom” casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das “tarefas” femininas em área de fronteira*, analisando famílias camponesas que assim se reconstituíram no bojo da objetivação de processos de expansão de fronteiras agropecuárias, valorizam dados que evidenciam a atribuição de papéis secundarizados e subordinados às mulheres, inclusive sinteticamente expressos na concepção naturalizada que a elas atribui *fraqueza* para o desempenho de certas atividades, supostamente *leves*. Mas *leves* se forem significativamente compreendidas nos termos relacionais em que eles mutuamente se definem. A naturalização dos significados

atribuídos às diferenças constitutivas de homens e mulheres reestabelece outras tantas, como o pressuposto de que regiões de fronteira são espaços típicos de homens, ou espaços definidos por investimentos domesticáveis dos comportamentos dos *selvagens* e *aventureiros* que aí aportam. Fazendo crer que tais territórios são espaços de privilegiada convivência masculina, as representações do senso comum e o próprio processo de migração de mulheres também se referenciam pela secundarização dos papéis femininos. Tomando as condições de constituição do casamento e a importância da composição da família conjugal, os autores vão mostrar o quanto as mulheres são importantes na divisão social do trabalho e na constituição de unidades produtivas. Complementarmente, o quanto elas são constituidoras de identidades sociais que enaltecem atributos de masculinidade. E assim, na intenção que perseguem, os autores tomam, pela contramão, as próprias representações dos agentes pesquisados para considerar a importância do papel das mulheres na constituição/reprodução do campesinato. Ressaltam, inclusive, os meandros institucionais e as mediações materiais e imateriais necessárias à reprodução social da família pelo casamento. E em função disso, destacam a especificidade desse próprio segmento do campesinato que, ideologicamente, repete a saga da migração ou da busca de condições de vida em territórios alhures constituídos.

Valendo-nos da argumentação dos autores, enfatizamos o quanto, em todos esses casos, as representações que prefiguram socialmente a participação das mulheres conduzem à subordinação. Mas indo um pouco além na reflexão dessa constatação simplificadora, podemos também supor, de outro lado, o quanto as mulheres têm operado nesses ambientes, no sentido de fazer valer a perspectiva de construção da autonomia, ainda sempre relativa ao lugar social que tradicionalmente se lhes atribuem. Outrossim, também relativa à realização de um projeto familiar que, no atual contexto, inclui outras alternativas de vinculação para as mulheres, em muitas das vezes constituídas por formas de objetivação de comportamentos em espaços físicos e sociais distanciados daqueles abarcados pelas relações do grupo doméstico de origem.

Ainda segundo Sartre et al., a migração para regiões de fronteira muitas vezes é concebida como projeto para instalar os filhos na terra, razão pela qual essa própria mão de obra é indispensável também para o pai. Mas no caso por eles em apreço, as filhas não recebem terra, a não ser que sejam casadas e que o esposo acompanhe a migração para frente pioneira. Essa posição subordinada não implica que elas não tenham uma participação efetiva no processo produtivo. Porém, segundo homens e mulheres nessa posição, o trabalho a elas atribuído, em tese, aparece circunscrito a espaços de domesticidade, cuja gestão final é pensada como atributo da complementaridade ao papel do pai ou esposo. A migração aparece então como tentativa de construção de descontinuidades desses pressupostos, facilitando o questionamento aberto ou internalizado nas vinculações que vierem a ser assumidas.

Invisibilidade social das mulheres ou cegueiras metodológicas nas ciências sociais?

Dentre os lugares-comuns nas interpretações de muitos autores que se ocupam de formas de ação das mulheres no campesinato, há a exaltação de que elas realizam tarefas hercúleas, desempenham papel fundamental na reprodução da posição ou até mesmo em saídas diante da expropriação, mas não têm essas tarefas reconhecidas por seus respectivos valores econômicos. A questão que as autoras participantes desta coletânea vêm colocando incide sobre a necessidade de os pesquisadores ultrapassarem essa simples constatação. E a pergunta que imediatamente ressaltamos aqui corresponde ao seguinte entendimento: Atribuição de invisibilidade social para quem?

Neste sentido, basta que se percorram etnografias ou estudos sobre casamentos e formas de transmissão do patrimônio fundiário para se reconhecerem as sucessivas uniões de viúvos ou descasados, investimento de recomposição imediata da família, muitas vezes legitimamente aceito pelo pressuposto da dificuldade de um homem sozinho dar conta das tarefas produtivas e improdutivas; ou pela norma coletiva de que a equipe de trabalho nas unidades produtivas seja constituída basicamente pelos membros da família, no mínimo conjugal. Entre os exemplos, ressaltam-se os casos em que, com certa frequência, se depara com recasamento imediato do cunhado viúvo com a irmã da esposa falecida. No caso dos assentamentos rurais, esses princípios se reafirmam com tamanha visibilidade social, que até mesmo arranjos para atender à assistência aos filhos são publicamente incentivados. Portanto, se nos debruçarmos sobre essa reordenação de unidades conjugais, veremos o quanto se tem como dado que o campesinato pressupõe reprodução cotidiana da família nuclear ou extensa. E também compreenderemos a resistência aos trabalhadores solteiros por gestores institucionais da constituição de assentamentos rurais ou do recrutamento de trabalhadores para o colonato e meação. Por conseguinte, tanto na aceitação de demanda pela terra como na de recrutamento para o vínculo produtivo, há sempre o favorecimento dos que estão se organizando ou já se organizaram pelo casamento.

A questão que se sucede abarca as razões da premente necessidade do casal, mas com as mulheres se colocando em situação desfavorável. E, paralelamente, por que, diante da posição desfavorável, ou seja, subordinada e constricta aos espaços domésticos, os pesquisadores só se ocuparam do grupo doméstico, da unidade familiar de produção, das relações vicinais, associativas e comunitárias, mas enquanto unidades encapsuladoras de indivíduos que as praticavam?

Basta uma releitura dos manuais de sociologia rural ou dos textos sínteses que reificavam ou modelizavam a sociedade camponesa, para reconhecermos que privilegiávamos unidades de análise concebidas como estruturas, como

sistemas, em consonância com as perspectivas teóricas e metodológicas das ciências sociais, naqueles contextos em que o individualismo não era ou ainda não estava percebido como tônica.

Assim, diríamos: o mundo social se transformou, e com ele os olhares e as unidades de análise dos cientistas sociais. Hoje falamos mais em percursos, alternativas, probabilidades, trajetórias, memórias, histórias de vida; e temos dificuldade de elaborar modelos formais para explicar as unidades de produção. Longe do valor moral e organizativo do rendimento indivisível do trabalho, até recentemente tão proclamado, acentuamos os investimentos na migração, no assalariamento, na educação, na adoção de arranjos qualificados pela pluriatividade, na formação de rendimentos pessoais e autônomos, para mulheres e jovens. Remetemo-nos então a outras interconexões das famílias proprietárias de terra com setores produtivos diferenciados.

Se o mundo social mudou e com ele os pressupostos das ciências sociais, inclusive os que proclamam a importância dos estudos de gênero, menos que ressaltar invisibilidade social, consideramos importante nos ater aos percursos metodológicos que levam a tal conclusão. Ou levando em conta o que eles permitiram revelar e sombrear. Ou investir no reconhecimento do quanto aquelas lentes deixaram de compreender pretéritas condições sociais de existência do campesinato, bem como de formas de participação de mulheres e jovens, segmentos hoje assim diferenciados. Por conseguinte, a invisibilidade social só é contextualmente tão criticada, porque ela é pensada em contraposição a perspectivas metodológicas anteriores. E melhor redefinida, se tomarmos a denúncia, por vezes assumida a toda prova, da dominação masculina como parte do jogo político que permite e convida as mulheres (mas também os homens) a outros desempenhos sociais.

As análises, quando se mantêm aquelas reduções, só conseguem ressaltar as relações e o sistema de hierarquia familiar. Tanto que concluem as autoras que se perfilam nesta parte da coletânea: as especificidades da posição das mulheres em sistemas de organização social do campesinato não eram dadas a perceber em razão das lentes dos cientistas, que focalizavam geralmente a produção imediata ou social; ou a unidade familiar de produção.

A complementaridade das atividades domésticas de autoconsumo só podia assim ser pensada porque a questão fundamental para o conhecimento do pesquisador era a relação mercantil, a marginalidade ou intensidade dos vínculos com o mercado de produtos e de instrumentos de trabalho; as formas de inserção mercantil dos agricultores, mediante feiras e outras praças de mercado. Mas essa secundarização, queremos acrescentar, era também provocada pelos entrevistados, quando desqualificavam as perguntas dos pesquisadores sobre o autoconsumo, como se não devesse ser de fato considerado. Deixavam então os pesquisadores de perceber, advertência em que se apoiam Sartre et al., o papel crucial da mulher, não importando qual seja a face e a situação local

com que e onde se apresenta; e o quanto sua ausência era e é desestruturante dos pressupostos de reprodução do campesinato.

A qualificação de certas atividades e espaços como invisíveis ou operando sob invisibilidade produziram os mesmos efeitos sobre os pesquisadores. Afinal, enfrentar metodologicamente a questão implicaria outras formulações teóricas e longo investimento em trabalho de campo, com ênfase na observação. Temos inúmeros exemplos de autores que se consagraram nesse tipo de investimento. Para não nos alongarmos, destacaríamos a contribuição de Oscar Lewis em diversos textos publicados desde a década de 1960, especialmente os que focalizam vida cotidiana familiar; ou da Florence Weber, estudiosa da economia doméstica, com trabalho de campo realizado desde o final da década de 1970.

Seguindo mais além nessa reflexão pelo destaque das contribuições analíticas das autoras dos textos aqui considerados, chamamos a atenção para as que se pautam na análise dos mecanismos hierarquizantes e excludentes da transmissão do patrimônio, especialmente aqueles que regulam os bens a serem transmitidos às filhas. Reconhece-se que esses mecanismos estão referenciados por sistemas de troca em que, pelos homens, a terra permanece na família. Essas formas de organizar a transmissão de bens, se não podem ser reconhecidas como princípios de patrilinearidade, de qualquer modo favorecem o lado paterno e a transmissão através dos homens da família. Em contraposição, as mulheres circulam para assegurar a constituição de equipes produtivas e reprodutivas na condição camponesa, mas em outro grupo de unidades de mesma configuração. E em “contra-contraposição”, elas investem no aumento do nível de instrução e na obtenção de reconhecimentos profissionais, na migração para cidades em que o mercado de trabalho assalariado esteja desenvolvido, todas alternativas de individualização da força de trabalho e de investimento em reconhecimentos personalizados propícios à reivindicação da autonomia.

Ao considerarem os valores do grupo como questão de pesquisa, as autoras podem mostrar o quanto uma perspectiva vitimizante da mulher nesse sistema de trocas nega o seu papel ativo na reprodução social de si e do grupo a que se integra. É o caso da interpretação de Moraes, em artigo que faz parte desta coletânea, quando exalta a produção de sentidos, sentimentos, afetividades e senbilidades das mulheres oleiras; e o quanto há de negociação no desempenho das tarefas, conforme seus maridos ou pais estejam ou não presentes para as tarefas do roçado. Nesse sentido, não só essa autora mas as demais que integram esta parte da coletânea podem demonstrar o quanto aquela perspectiva denunciante pode construir imensas barreiras para a compreensão dos meios de reprodução do campesinato. Da mesma forma, o quanto aquela perspectiva dificulta ressaltar a posição das mulheres nesse segmento social, destaque fundamental, visto que são posições diferenciadas segundo contextos, portanto, correspondentes a outros perfis de integração social.

Ora, o comprometimento imediato com as interpretações reduzidas à dominação/subordinação, invisibilidade/valor da posição social, como todas nós queremos ressaltar, tem dificultado certo avanço nas análises. Por esse motivo, destacamos o quanto tal questão ainda merece estudos empíricos dotados de olhares orientados por epistemologias mais processualistas, de formas de coleta de dados mais pautadas em observação e convivência, de elaboração de casos adequados ao estudo comparativo e contraposto. Se assim nos dotarmos de material de análise, também permitiremos o reconhecimento da diversidade dos quadros de possibilidades de inserção familiar e socioeconômica, de circunstâncias que ainda poderiam explicar especificidades da posição atribuída e assumida por parte das mulheres.

Investindo em tentativas de produção de perspectivas metodológicas que possam superar os impasses que eles reconhecem nos estudos sobre unidades familiares camponesas e suas operações devotadas à produção, Sartre et al. também advogam a impossibilidade de se pensar em posições das mulheres quando o pesquisador se distancia de proposições notadamente recorrentes no debate sobre questões de gênero. Dentre elas, a correspondente construção de masculinidades e de identidades sociais.

Zanini e Santos, seguindo outra tradição interpretativa, a dos estudos sobre colonos imigrantes, destacam o peso das estratégias de diferenciação do sistema de herança ou transmissão de patrimônio, colocando em relevo os constrangimentos perpetrados no sentido de tornar a mulher coadjuvante de outra unidade familiar de produção. E assim enquadrá-la em normas que a definam como *a priori* incapaz de gerir fatores de produção em igualdade de condições com os irmãos.

Em resumo, tomando em consideração analítica a posição de mulheres no campesinato e levando em conta as regras de partilha de bens familiares, tanto Sartre et al. como Zanini e Santos operam por contraposição ao senso comum camponês. E consideram como as mulheres dos respectivos grupos pesquisados são, mesmo que desta posição subordinante, fundamentais para a gestão e reprodução da família e do patrimônio produtivo. Da mesma forma, ressaltam como, nos contextos atuais, as atribuições naturalizantes da subordinação podem mais facilmente ser colocadas em questão, dadas as possibilidades ou probabilidades de constituição de outras estruturas de oportunidades de trabalho produtivo, de inserção em outros sistemas econômicos e setores produtivos, da mudança da legislação e de quadros institucionais que reconhecem e valorizam as ações econômicas das mulheres. Portanto, pela consideração de tais questões, os olhares que ressaltam a invisibilidade social *tout court* das mulheres no campesinato podem ser abertos e reabertos para contribuir para a correspondente visibilidade social, isto é, o entendimento sociológico das relações e representações que articulam mulheres em unidades familiares, de trabalho e comunitárias.

Mulheres camponesas e formas de inserção mercantil

Elencando diversos fatores de redefinição da ordem social instituída, as autoras anteriormente comentadas, acrescidas da contribuição de Sônia de Souza Mendonça Menezes e Maria Geralda de Almeida, com o artigo *Reorientações produtivas na divisão familiar do trabalho: papel das mulheres do sertão de São Francisco (Sergipe) na produção de queijo de coalho*, e de Josiane Carine Wedig e Renata Menasche, com o artigo *Práticas alimentares entre camponeses: expressão de relações familiares e de gênero*, trazem à reflexão um conjunto de processos de mudança social que alcançam diversas práticas sociais do campesinato em situações territoriais distintas.

Todas ressaltam o quanto alternativas contextualmente emergentes colocam em questão as estratégias de reprodução, visto que, independentemente dos recursos alocados para constituição e reprodução do campesinato, eles são geridos segundo projetos familiares, que por si sós exaltam a interdependência de homens e mulheres no seio familiar e no espaço produtivo.

Os fatores que têm incidido em mudanças que pressupõem deslocamentos de posições sociais, inclusive no seio da família, não são pensados como fatores gerais que a tudo explicam. Pelo contrário, em cada artigo encontramos esses processos de mudança analisados num quadro ou rede de relações, ora localizáveis por territórios, ora por unidades político-administrativas, bem como por universos de significação interpretados e metodologicamente tipificados. Nos dois precedentes artigos, as autoras enfatizaram os atributos diacríticos da categoria *colono*, exercício pelo qual é possível avaliar a responsabilidade social atribuída ao chefe de família como dotado de vigor e coragem para desbravar a natureza; mas idealização pela qual as mulheres são representadas por atributos contrapostos, tanto que até certo ponto são inconcebíveis como aventureiras ou desbravadoras de fronteiras agrícolas. Em consequência, nos textos estão também demonstrados processos de construção desses homens orientados pela mobilidade física, em busca de novas terras para assegurar a reprodução na posição às futuras gerações. A mobilidade deles se objetiva com a própria família ou como agregado de família consanguínea de outrem. Assim, as autoras tornam compreensíveis os universos nos quais os significados atribuídos aos comportamentos, segundo sexo e ciclo de vida, são compreendidos: o universo da *fronteira agrícola*, do *mundo da colônia* ou *agricultura colonial*, com regras referenciadoras das relações de mercado, das transformações sociais ocorridas pela expansão de consumo por outros grupos sociais e valorização dos produtos artesanais.

Em cada um dos artigos citados também podemos tomar conhecimento de processos situados de mudanças sociais, de cujos desdobramentos as mulheres têm sabido construir outras redes de ação produtiva, outras cadeias e praças de mercado, estratégias produtivas que as colocam em ação nesses espaços públicos.

Ao comungarmos deste esforço intelectual de reflexão em torno de estudos sobre a posição das mulheres no campesinato, temos ressaltado o investimento no sentido de demonstrar as alterações no quadro de oportunidades produtivas que se colocavam e se colocam para segmentos reais nessa posição; ou nos princípios de articulação entre setores produtivos, cuja comparação faz revelar graus diferenciados de relativa autonomia. Valorizando outras nuances, acrescentaríamos: para explicitar a reprodução de formas de organização que guardam certas discontinuidades frente aos encapsuladores sistemas de relações ou de poder econômico, jurídico, político e educacional. No entanto, é preciso salientar, esses sistemas de relações, por princípios implícitos, dotavam os camponeses, pelo menos em alguns momentos ou contextos, de certo grau de autonomia de ações. É o caso daquelas ações que se apresentavam referenciadas ao sistema de conhecimentos e formas de saber que foram patrimonializadas pelo grupo, aos princípios do autoconsumo e até a certa autarcia.

Entre os fatores que têm levado à alteração das condições como as mulheres tendem a viver posições no sistema do campesinato, as autoras destacam as alternativas abertas pela inserção mais prolongada e até obrigatória no sistema de ensino oficial, especialmente ensino médio. E, dependendo das regiões em que se encontram fixadas, até mesmo o nível superior. Assim, o acesso à terra nem sempre é valorizado; ou o patrimônio fundiário não é tão disputado e desejado, pelo menos como patrimônio produtivo. Ao contrário, ele pode aparecer como pressuposto de percurso desfavorável ou estorvo em seus desejados percursos de vida. Por ser desqualificada essa forma de integração produtiva para algumas das mulheres, principalmente no que ela corresponde às condições de trabalho na unidade camponesa, amplia-se a valorização da autonomia financeira, em tese inerente ao trabalho assalariado, em especial diante das condições sociais e jurídicas do contrato do trabalhador livre.

A inserção em outras redes de relações não é sem consequência para a constituição da posição de mulheres. Elencam então as autoras: o convívio com outros valores e estilos de vida, inicialmente correspondentes a outros segmentos, ou com padrões de comportamento difundidos e valorizados pelos meios de comunicação, especialmente os televisivos. Mas não só, também as alterações provocadas pelas mudanças nas práticas religiosas da Igreja Católica e outras instituições do campo religioso, abrindo alternativas para conversões individuais ou individualizantes. E, enfim, no rol dessas citações: outros modos de engajamento em concorrentes sistemas de crença e moralidade; ou até mesmo o afastamento do universo religioso formalmente institucionalizado.

Esses fatores, alegam as autoras, facilitam meios de objetivação de mudanças na organização social, menos referida a instituições de caráter homogeneizante ou coletivo, facilitando a expressão de subjetividades individualizantes, e a querer referenciados a projetos de cooperação individual. Por fim, concordam todas as pesquisadoras aqui em pauta: outro fator fun-

damental de mudança nos modos de inserção social de mulheres se deve às alternativas de assalariamento para aquelas em idade produtiva, mas principalmente aos direitos vislumbrados e conquistados por aposentadorias, quando podem obtê-las. Nessas circunstâncias, elas muitas vezes podem concorrer com os maridos no papel de provedor ou, comparativamente ao volume, nas aposentadorias por ganhos igualitários; e reivindicar poderes de decisão e escolha que se aliem ou se contraponham a projetos familiares mais coletivos e homogeneizantes.

Desde a década de 1970, com a introdução de instrumentos mecanizados em processos de trabalho de sistemas produtivos mais destinados ao mercado, houve diminuição do trabalho manual e, dessa forma, mudanças nas condições de participação das mulheres em certas etapas ou segmentos da produção agrícola. Zanini e Santos, por exemplo, registram que, nas situações por elas estudadas, mudaram-se as regras de convivência entre homens e mulheres descendentes de italianos no cotidiano da vida no campo. Como essas últimas foram menos exigidas em alguns trabalhos da lavoura, elas puderam se dedicar mais ao universo da casa e dos filhos. Estes cuidados incluíam participação no sistema de educação e atenção à saúde. Em correlação, o uso e a divisão do tempo, antes orientados pelo trabalho na terra e pela vida doméstica, também puderam ser pensados em relação a elas mesmas, mesmo que para a maioria o tempo livre continue sendo investido na família ou na casa. Mas aí talvez a grande distinção se refira aos olhares das pesquisadoras, que associam, numa concepção relativamente moderna, a atividade lúdica ao espaço público. Seguindo o exemplo de Maria Aparecida Moraes, o artesanato é atividade que não cria descontinuidades em esferas da vida social e pessoal.

O ingresso de aparelhos pautados em novas tecnologias no universo doméstico trouxe mais liberdade às mulheres de certos segmentos do camponato. Entre os objetos, citam-se forno elétrico, fogão a gás, máquina de lavar roupa, eletrodomésticos que costumam figurar nos desejos de consumo familiar. Quanto aos padrões estéticos definidos como próprios do pressuposto ou estereotipado mundo urbano, destacam as autoras que tem se observado o desejo de consumir vestimentas melhores e produtos de higiene e beleza mais elaborados. Contudo, novamente o raciocínio acerca do quanto precisam trabalhar para poder comprar tais produtos faz com que as mulheres restrinjam seu uso àqueles artigos que consideram de maior necessidade, tais como sabonetes, xampus e dentífricos.

Sugerem algumas das autoras a que vimos nos referindo: tomando em conta a análise das situações empíricas e dos processos de mudança, outro conjunto de questões se abrem à pesquisa. Essas outras questões abarcam mudanças de perspectivas na construção de unidades de análise e de unidades sociais de observação. É o caso, por exemplo, da importância do investimento intelectual no que tange à maior tendência à individualização do trabalho agrícola, tanto

no interior das famílias camponesas, como em outros espaços institucionais e redes sociais. E nesse caso, sobressaem as diferenças que se exprimem em tensões e negociações nas relações entre homens e mulheres, bem como entre pais e filhos.

Segundo Sônia de Souza Mendonça Menezes e Maria Geralda de Almeida, no sertão sergipano do São Francisco, mudanças expressas por reordenações produtivas, mediante outros sistemas de crédito e estímulo à diferenciação da produção, bem como recursos estruturados por instituições estatais de crédito e de desenvolvimento rural, têm propiciado possibilidades de diversificação das atividades produtivas assumidas por grupos camponeses. Consideram então aquelas mudanças que são atribuídas ou reivindicadas como alternativas à participação das mulheres nas atividades diretas da produção e comercialização. Para focalizar essa dimensão, as autoras tomaram como estudo de caso a produção de alimentos e a criação de outras funções, entre elas a atividade queijeira artesanal desempenhada por mulheres camponesas.

Num quadro social de expansão e diversificação das formas de exercício da atividade pecuária, forjaram-se as condições sociais que permitiram às mulheres camponesas alcançar posição diferenciada na produção econômica, enquanto agentes importantes na formação do rendimento familiar. Mas é importante não se esquecer que tal percepção e registro desenvolvidos pelas autoras talvez possam também ser creditados não tanto à ausência desse desempenho em contextos anteriores, mas às novas formas assumidas pela produção camponesa e, assim, à diferença de observação e leitura expressa nas análises. Nesse quadro socioeconômico, produtos anteriormente devotados ao autoconsumo e à sociabilidade de agentes integrados às redes de parentesco e vicinais, segundo regras de reciprocidade generalizada, foram se transformando em mercadorias; e com esta mudança, também a posição das produtoras imediatas. Mas esse deslocamento do queijo coalho nos circuitos de troca, a despeito de corresponder a respostas encontradas diante do estímulo de programas de governo, assegurou outras iniciativas elaboradas no universo local. Por meio da incorporação de qualidades atribuídas à mercadoria, as mulheres, no percurso de gerações, passaram a produzir o referido derivado de leite de acordo com a demanda do mercado urbano crescente, alterando o sistema de produção. As mudanças aí não se encerraram. Outros desdobramentos se constituíram, tais como elas destacam:

[...] o queijo, nas trocas de mercado, é visto como um produto altamente positivo em termos de retorno em lucro mercantil. Essas novas formas de agregar valor ao queijo coalho tornam as relações de troca menos desiguais e permitem que as mulheres possam ingressar com mais igualdade nas relações de consumo.

Além disso, oficialmente reconhecidas agricultoras, as mulheres alcançam ou vislumbram o acesso à aposentadoria, redefinindo as projeções de participação na gestão do espaço doméstico e em percursos de vida pessoais, correspondentes à constituição de meios de negociação da autonomia desejada. Segundo as autoras, dentre as projeções por elas elaboradas, destaca-se o desejo coletivo de “envelhecer com qualidade de vida, [...] uma grande preocupação entre elas, que observam as localidades rurais se esvaziando e muitas propriedades se tornarem sítios de lazer para as camadas médias urbanas”.

Em outro artigo desta coletânea, valorando processos de mudanças sociais nas condições de vida e produção das famílias agricultoras da comunidade Fazenda Lohmann, município de Roca Sales, região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, Josiane Carine Wedig e Renata Menasche, pelo estudo das práticas alimentares, tentam entender os sistemas de hierarquia que referenciam a organização familiar e as práticas sociais do grupo em causa. Destacam a maior dependência da mediação mercantil para acesso aos alimentos diante da especialização produtiva como orientação econômica, incorporando atividades vinculadas a aviários, chiqueiros e ao cultivo comercial de soja e milho. Além disso, as mudanças no uso dos meios que asseguram o consumo doméstico se pautam na ampliação do rendimento financeiro em moeda, graças à expansão das aposentadorias. Compreendendo o grupo doméstico a partir das posições e percepções assumidas pelas mulheres, elas destacam que a aquisição de alimentos industrializados possibilitou a redução do trabalho cotidiano das mulheres, embora advirtam:

Isso não quer dizer que não seja produzida ali uma diversidade de alimentos, mas sim que muitos dos alimentos que anteriormente eram produzidos na propriedade passaram a ser comprados (ainda que de vizinhos).

Relativizando visões referenciadas pelo mudantismo, os textos aqui apresentados permitem destacar os cuidados inerentes a riscos metodológicos de adoção de polaridades tipológicas, tais como persistências e mudanças. Ora, estas perspectivas acabam por facilitar separações e contraposições; e não, como é de se esperar, as conexões, as conversões de sentidos ou ressignificações. Dessa forma, Josiane Carine Wedig e Renata Menasche concluem:

Neste processo, pode-se observar a junção das tradições rurais, que se mesclam com valores próprios da sociedade industrial, num processo em que algumas coisas permanecem, outras se transformam e algumas desaparecem.

No artigo, essas autoras retomam temáticas já vislumbradas por autoras anteriores, que se ocuparam de desdobramentos de processos de colonização de imigrantes. As famílias de agricultores por elas estudadas são predominantemente descendentes de alemães. Valem-se, em conversas diárias, do dialeto alemão Hundsrück, reafirmando a identidade étnica, também celebrada em relações de sociabilidade vicinal, dado o sentido que os significados a ela atribuídos apresentam para a objetivação de estilos ou modos de vida. Também lidam com processos de mudança nas relações de trabalho já consolidadas e procuram, pelo olhar valorativo da construção identitária, tão recorrente no campo acadêmico constituído pelos estudos de imigrantes camponeses, eleger as práticas alimentares como objeto de estudo.

Maria Aparecida de Moraes Silva, no artigo *Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras*, também analisa o investimento que realizou com as interlocutoras em trabalho de campo, para permitir ultrapassar a alegada invisibilidade social, já questionada por outras autoras, como Motta-Maués (1997), ao considerar outros casos de estudos de grupos em posição subalterna ou submetidos a recorrentes investimentos na gestão da reprodução da subalternidade. Esses casos são interessantes para a pesquisa porque, como refletiu Motta-Maués, eles colocam o pesquisador em um jogo ambíguo e ambivalente entre invisibilidade e visibilidade, mas tudo dependendo da situação observada e do olhar construído para essa observação.

Demonstra Moraes Silva que as categorias de pensamento que propiciam esse desdobramento analítico devem se apresentar como pressupostos teóricos e metodológicos, para se alcançar o que, por outro contexto acadêmico e temático, pesquisadores não conseguiram valorizar. No entanto, esse exercício só lhe é possível por também incorporar fatores coadjuvantes nas mudanças de posições sociais e de percepção do mundo, das próprias mulheres e dos que operam na construção da convivência social, em especial os homens. Na verdade, sabemos todos que, nessa espécie de “jogo” social ambíguo e ambivalente, como destaca Motta-Maués, combinam-se, por vezes de forma perversa (como é, historicamente, o caso dos negros no Brasil), invisibilidade & visibilidade; na medida em que numa tradução sempre relativa, a depender do caso e da situação, ora um lado ou outro é, ou pode ser, acionado.

No texto Moraes Silva analisa as atividades desenvolvidas por mulheres, num contexto de limitações às alternativas de reprodução geracional do campesinato, porque, enfrentando dinâmicas econômicas objetivadas pelo processo de modernização agrícola, viram as terras, antes relativamente livres à apropriação e ao uso, em áreas de chapadas, grotas e veredas, serem transferidas para implantação de monocultivos de eucaliptos, explorados por Companhias de Reflorestamento. Pela prática costumeira dos agricultores, que associavam o uso daqueles três ambientes, a concorrência impedia a objetivação do sistema produtivo tradicionalmente concebido. Como os monocultivos de eucalipto

aumentaram os períodos de estiagem, os agricultores se viram limitados quanto aos recursos para lavouras de subsistência. A compensação encontrada foi a migração dos homens para o assalariamento temporário e o aumento da responsabilidade das mulheres no trabalho produtivo e improdutivo, pelo menos nos momentos em que os esposos e pais se ausentavam.

Ressaltamos mais uma vez o quanto as autoras dos textos aqui publicados, para entenderem as recíprocas posições de homens e mulheres, investiram no estudo dos tipos de organização do trabalho e da vida cotidiana; como ressaltaram as configurações de família e as interlocuções familiares; mas, ao mesmo tempo e numa outra ordem, como consideraram as interfaces de contextos de interligação constitutiva dos espaços de mercado. Também como elas valorizaram o entendimento das mudanças de percepção das mulheres sobre si mesmas e sobre os outros, no que tange ao privilegiamento do ponto de vista delas. Tanto é assim que incorporam outras dimensões como manifestações da situação subordinante da mulher, situação que num dos casos se recria incidindo sobre as formas de troca que elas estabelecem no mercado. Afinal, o valor de troca dos produtos que elas vêm conseguindo transformar em mercadorias ou que lhes asseguram o papel de comerciantes assume a objetivação em circuitos nos quais os preços alcançam mais baixos pesos monetários. A consciência das desiguais relações de troca que aí mais facilmente se manifesta (ou que tal visibilidade do sistema de trocas permite emergir), ao criar formas de mediação por equiparação de sistemas de preços no mercado, tem propiciado a algumas mulheres uma elaboração crítica à posição tradicionalmente a elas atribuída. Mas tomada de consciência que nem sempre implica negação mais radical, posto que as posições inadequadamente consideradas podem ainda ser por elas assumidas, em nome do projeto familiar de construção da autonomia para filhos e filhas, em nome da negação ou resistência a processos de expropriação e empobrecimento social e produtivo.

Em consequência, das tantas contribuições do artigo de Maria Aparecida Moraes e Silva, destacamos a análise de dados elaborados no contexto de universos de significação pautados no inter-relacionamento de institucionalidades expressas na família, no trabalho, no mercado e na religião. Desse modo, espaços estruturantes de *ethos* específico e de reprodução de determinada ordem moral. Assim, podemos entender o quanto essas vinculações sociais podem valorizar o quadro de oportunidades abertas pelas interconexões do campesinato com outros setores produtivos. E também o quanto as interconexões com a intensificação das relações mercantis põem em questão aqueles próprios universos. Pela escolha de tais unidades de pertinência para o entendimento das relações que as mulheres vêm tecendo nos espaços de convivência, a autora pode colocar em questão o sistema de posições hierárquicas que assegura existência social às agricultoras por ela consideradas.

Repensando alguns parâmetros de mudança das formas de atuação e da posição social das mulheres, todas as autoras que integram esta parte da coletânea trazem à tona o que foi secundarizado pelos pesquisadores e estudiosos do campesinato. Como uma espécie de lugar-comum, praticamente todos eles aceitaram as justificativas e entrelaçamentos sociais que consolidaram essa posição, não enveredando assim para o estudo de tal situação de subordinação das mulheres e das crianças – o que significa não lhes conferir o estatuto de tema legítimo de estudo –, além de praticamente também todos assumirem, sem se dar conta dos limites inerentes, a unidade analítica pensada por regras; e regras que raramente eram pensadas pelo contraposto da divergência ou do desvio.

Levando em conta essa necessária revisão metodológica, Zanini e Santos, por exemplo, vão destacar, no contexto do trabalho de campo que fundamenta o artigo, os meios pelos quais a valoração da identidade feminina pressupõe a mobilização e as lutas de reconhecimento e inclusão. Ora por meio de ações afirmativas, ora por meio de mobilizações, pelas quais algumas mulheres vêm conseguindo se inserir e se situar enquanto sujeitos de ação pública. Em consequência, para alcançar essa posição, foi necessário todo um trabalho político para que mulheres camponesas e pescadoras pudessem superar a negação de sua condição produtiva e hoje se ampararem em sistemas de previdência e de crédito, em formas de representação política e associativa, quadros institucionais que operam pela negação do único reconhecimento como esposas e filhas de agricultores. Destacam ainda as autoras que as mudanças que asseguraram ou venham a assegurar o reconhecimento da posição de agricultoras, além de devedoras direta ou indiretamente de movimentos feministas e ações regulatórias estatais, exigem embates mais amplos, entre os quais aqueles que permitam a transformação de subjetividades. Porém, muito mais, mudanças em sistemas de representações de diversos agentes integrados a instituições e setores que operam mais diretamente sobre homens e mulheres situados na posição camponesa ou de agricultor familiar.

E mais uma vez ressaltamos, a partir da posição privilegiada que nesta apresentação assumimos, por pensarmos contrastivamente as diversas contribuições das autoras: o sentimento de subordinação diante de agentes vinculados a espaços institucionais que enquadram ou integram os agricultores não é específico das mulheres. Está também presente nas avaliações de agricultores, quando tentam ou são obrigados a lidar com funcionários e sistemas de regras formalmente institucionais, cujos princípios não compreendem ou não são dotados de condição de questionamento. Portanto, parte do sentimento de subordinação das mulheres nessas incursões em outros espaços institucionais é traço comum aos segmentos que estão deslocados desses universos de decisão. E os homens, muitas vezes, até pela atribuição de detentores da capacidade e posição de lidar com redes sociais que os interconectam a outros universos, se apresentam duplamente pouco confortáveis: porque são agricultores e porque

são homens deveriam ser capazes de atender às expectativas de fazer valer pontos de vista e interesses. Por isso, às afirmações de autores que aqui se alinham, acrescentamos a lembrança de que há especificidades em se tratando de representações sobre homens e mulheres, mas os princípios de distinção não excluem e não derivam plenamente uns dos outros.

Concluindo as reflexões deste item e sem pretendermos criar qualquer especificidade, comentaríamos que o estudo da construção social de gênero pressupõe muita observação, fundada em trabalho de campo prolongado. A ausência dessas alternativas tem levado à fácil criação de hipóteses, que reproduzem lugares-comuns travestidos de hipóteses de trabalho e de debate acadêmico, principalmente quando se apresentam fundamentadas tão somente no que dizem as mulheres em situação de entrevista. As representações por si sós não explicam o mundo social; nem são formuladas em senso comum como dotadas de interpretações mais holísticas.

Terminamos então esta apresentação retomando comentários do artigo *Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras*, de autoria de Maria Aparecida de Moraes Silva, exemplar não só no investimento etnográfico, mas também na elaboração crítica às hierarquizações familiares em jogo, reprodutoras, sob especificidades, de formas gerais pertinentes a encapsuladores sistemas de dominação econômica e política. Analisando as atividades exercidas pelas mulheres, Moraes e Silva centra suas reflexões sobre relações e concepções que referenciam o trabalho, definindo-o como um eixo de possibilidades para se pensar a divisão social e sexual em atividades familiares. Mais importante ainda, destacamos os investimentos intelectuais da autora pela ressalva da postura metodológica de não ceder tão rapidamente a consensos que paralisam (ou podem assim fazê-lo, como é sempre bom também ressaltar) a reflexão.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. São Paulo: Paz e Terra, 1983. 236 p.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida: famílias de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEWIS, Oscar. *Five families: mexican case studies in the culture of poverty*, [New York: Basic Books], 1959.
- _____. *The children of sanchez: autobiography of a mexican family*, [New York: Random House], 1961.
- _____. *La vida: a puerto rican family in the culture of poverty*. San Juan, New York, 1966.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. *Negro sobre negro: a questão racial no pensamento das elites negras brasileiras*. 1997. Tese (Doutorado em sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p.5-22, 1990.

WEBER, Florence. *Le travail à cote: étude de pratiques ouvrières em milieu rural*. Paris : Ed. EHESS, 1986.

WEBER, Florence. *Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009.